

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Um negociante das “Terras Frias”: uma análise das estratégias de aquisição fundiária do português Antonio José Mendes (Nova Friburgo, 1860-1914)

The trader of Terras Frias: an analysis of the Portuguese Antonio José Mendes's land acquisition strategies (Nova Friburgo 1860-1914)

Gabriel Almeida Frazão*

Instituto Federal Fluminense
Cambuci, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 27 ago. 2019.

Aprovado em: 14 out. 2019.



* Professor de História do Instituto Federal Fluminense, Campus Cambuci. Pesquisador em Estágio de Pós-doutorado no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Sociologia Rural pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense. (gabrielalmeidafraza@gmail.com)
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7450-2810>
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9503504598523972>

Resumo

Este artigo tem como objetivo entender o processo de ocupação territorial de uma parcela do atual município de Nova Friburgo, ainda pouco estudada: as chamadas "Terras Frias", que durante grande parte do século XIX, abrangeram localidades, hoje, também pertencentes a Sumidouro e a Teresópolis. Para tal, realiza-se o estudo de caso do negociante português Antonio José Mendes (1822-1921), patriarca da família, que acumulou grande quantia de terra para os padrões locais. Por meio da investigação onomástica em fontes cartoriais, documentos religiosos e privados, recupera-se a trajetória de uma linhagem importante para aquele território. Dessa forma, o trabalho se divide em três partes: primeiramente, apresenta-se o estado das pesquisas sobre aquela territorialidade e sobre a presença de imigrantes portugueses na cidade; em seguida, realiza-se uma caracterização da área estudada, compreendida, aqui como uma região de abastecimento de criação, marcada pela presença de famílias de origem portuguesa; por fim, examinam-se as estratégias econômicas utilizadas por Mendes para a composição de seus bens e acúmulo de propriedades.

Palavras-chave: Nova Friburgo. Região. Imigração Portuguesa. Propriedade Rural.

Abstract

This article aims to understand the process of the territorial occupation of Nova Friburgo city, still little investigated: the so-called *Terras Frias*, which during great part of 19th century until nowadays covered locations also belonging to Sumidouro and Teresópolis. For such, it was performed a case study about the Portuguese trader Antonio José Mendes (1822-1921), a family patriarch, that accumulated a great amount of land to the local patterns. Through an onomastic investigation in public registry, religious and private documents, the path of an important lineage to that territory is recovered. This way, the paper is divided into three parts: first, the state of the research about that territoriality and about the presence of Portuguese immigrants in the city is presented; second, a characterization of the studied area understood here as a cattle production supply, marked by the presence of Portuguese families; finally, economics strategies used by Mendes for acquiring assets and accumulating properties.

Keywords: Nova Friburgo. Region. Portuguese Immigration. Rural Property

A colonização de Nova Friburgo: rompendo com o mito da Suíça Brasileira

A colonização de Nova Friburgo e da região em seu entorno despertou, ao longo dos anos, o interesse de vários estudiosos. Em obra produzida nos anos 70, mas que chegou ao Brasil apenas em 1995, o suíço Martin Nicoulin aborda, com riqueza de detalhes, a emigração e a colonização suíça de Nova Friburgo. Por meio de uma rica pesquisa nos arquivos da Suíça e do Brasil, o autor analisa desde a elaboração do acordo que permitiu o embarque dos helvéticos até a consequente dispersão por terras não previstas, diante de um clima e um solo que praticamente inviabilizaram o cultivo.¹

No final dos anos 80, Raphael Jaccoud relança o material de sua vasta pesquisa sobre a montagem e organização da colônia suíça. Em seu trabalho, o ensaísta, baseando-se em um número restrito de fontes, aborda o processo de montagem do município, no século XIX. Mesmo tendo em vista que a ocupação se deu em finais do século XVIII, muito antes da chegada dos suíços, o autor concentra sua análise sobre o papel desses agentes e dos alemães na construção do núcleo de povoamento que daria origem a cidade de Nova Friburgo. Dessa forma, se, por um lado, já existe em seu texto a percepção de que houve um fluxo migratório mineiro para a região de Cantagalo, da qual terras seriam desmembradas para a criação de Nova Friburgo, por outro, tal tema é eclipsado pela importância da presença suíça e alemã.²

A tradição de trabalhos que abordam o papel da colonização suíça e alemã no município foi seguida por Henrique Bon. Nos anos 2000, o estudioso produz uma volumosa obra, em que, além de analisar o processo de imigração, concentra-se sobre cada uma das famílias imigradas. Por meio dela, tem-se acesso a uma série de árvores genealógicas que explicam as formas pelas quais os suíços e alemães se relacionavam e que ajudam no entendimento da sua dispersão territorial.³

Pode-se dizer que esses trabalhos, de forma geral, ainda que não seja a intenção dos seus atores, ajudam a corroborar uma tradição criada pelo poder público municipal friburguense ainda no século passado, ou seja, o mito da colonização suíça. João Raimundo de Araújo investigou as raízes da construção da tese de que Nova Friburgo seria a Suíça brasileira. Segundo o autor, tal ideia que se iniciou ainda em 1918, por conta do primeiro centenário, foi defendida pela classe dirigente local como forma de disciplinarização da classe trabalhadora que

¹ NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

² JACCOUD, Raphael Luiz Siqueira. *História, Contos e Lendas da Velha Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Múltipla Cultural, 1999.

³ BON, Henrique. *Os imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo, RJ: Imagem Virtual, 2004.

deveria acreditar viver em uma terra de grandes belezas e de povoamento diferenciado do restante do Brasil.⁴

Contudo, desde finais dos anos 90, uma historiografia dedicada aos estudos da cidade e da região procurou abordar outros elementos necessários ao entendimento da ocupação e do desenvolvimento de Nova Friburgo e região. José Carlos Pedro demonstrou o papel que os luso-brasileiros tiveram na Vila de Nova Friburgo. Tomando como fontes principais as atas da câmara, o historiador percebeu que esses homens, e não os suíços, dominavam as funções camarárias, o que, por sua vez, conferiam-lhes condições de obter vantagens econômicas vitais para a preservação dos seus status sociais.⁵

Ainda seguindo essa nova perspectiva de análise, foi publicado, em 2003, o livro intitulado *Teia Serrana*, organizado por João Raimundo de Araújo e Jorge Miguel Mayer. Nessa coletânea de artigos, a cidade e a região são abordadas em uma perspectiva de média duração, ou seja, temáticas que vão desde a fundação da colônia até a sua organização econômica, já no século XX. No que tange ao século XIX, alguns artigos trataram do uso da mão de obra escrava na produção cafeeira, e ratificaram a tese da importância econômica e política de fazendeiros de origem luso-brasileira.⁶

Em 2008, Marieta Moraes Ferreira também demonstrou a importância de imigrantes de origem portuguesa na formação da elite friburguense, dos séculos XIX e XX. Ao abordar a história de uma das suas ascendentes, a pesquisadora destaca que o fato de Nova Friburgo ser ponto de passagem para o escoamento do café de Cantagalo fez da cidade um importante centro comercial, com intensa circulação de tropeiros. Essa situação, por sua vez, atraiu vários agentes sociais situados em outras localidades, como a Corte e a província de Minas Gerais. Alguns desses grupos, como os homens das famílias Braga e Neves, que, apesar de os pais serem portugueses, situavam-se, respectivamente, no Rio de Janeiro, e em São João Del Rey, uniram-se à família Salusse, dedicada ao comércio, e já instalada na Vila desde o início da colonização suíça. As uniões de Josephina Salusse, em 1845, com José Antonio Marques Braga e, depois de viúva, em 1866, com Galiano Emílio das Neves fez com que ela se tornasse possuidora de vários bens e parte da elite social da cidade. A posição de destaque desta família se consolidou ainda mais, na geração seguinte, quando uma das suas descendentes se casou com um Moraes, parente dos Barões de Duas Barras e do Visconde de Imbé, cujas fortunas se originaram no café.⁷

⁴ ARAÚJO, João Raimundo. *A construção do mito da suíça (1910-1960)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

⁵ PEDRO, José Carlos. *A Colônia do "Morro Queimado": suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo (1820-31)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

⁶ MAYER, Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.). *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora do livro Técnico, 2003. Ver, principalmente, os capítulos "Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX", por Edson Castro Lisboa, e "Política e Administração em Nova Friburgo do século XIX", de Jorge Miguel Mayer e José Carlos Pedro.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História de famílias: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2008.

Mais recentemente, Rodrigo Marins Marreto demonstrou a importância de um luso-brasileiro para o desenvolvimento de Nova Friburgo e Cantagalo: o Barão de Nova Friburgo. Marreto ratificou mais uma vez a falácia do mito da Suíça brasileira, onde a cidade seria uma ilha da liberdade rodeada pelo mundo escravagista, ao demonstrar a grande presença de cativos na Vila de Nova Friburgo. Associando a formação da Vila ao processo de consolidação e expansão do Estado Brasileiro, o autor destaca o papel da classe senhorial luso-brasileira no desenvolvimento regional, em um contexto marcado pela segunda escravidão. Dessa forma, ele não somente chama a atenção para a presença de portugueses antes da chegada de suíços e alemães à colônia, como o fato de o trabalho escravo ter sido utilizado por eles para o acúmulo de capital. Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo, é visto como um exemplo de um *ethos* de uma classe senhorial escravista importante para o desenvolvimento do Império do Brasil.⁸

Ainda no que se refere à história agrária, Jorge Miguel Mayer, em 2003, analisou o processo de colonização suíça e alemã e a dispersão desses migrantes para a área de Lumiar. Assim, a obra do autor foi pioneira ao tentar enfrentar o desafio da análise de uma localidade rural específica que não se caracterizou pela cafeicultura e que se distanciava cerca de 40 km da sede da vila. Adotando uma cronologia de média duração, Mayer reconstrói a trajetória de algumas famílias que estavam presentes na região desde o século XIX, examinando, também, a forma como elas organizaram a sua vida material e social. Sua reflexão termina apontando a crise econômica vivenciada pelos agricultores daquela localidade, que, diante das leis ambientais e do vertiginoso crescimento do turismo, acabavam, já no século XX, por vender suas propriedades.⁹

A partir da digressão feita acima, percebe-se que, se já há uma historiografia dedicada a analisar a importância de famílias de origem portuguesa na ocupação e desenvolvimento de Nova Friburgo e região, até o presente momento, ela se dedicou à sede do município, às regiões sul/sudeste (Vale do Macaé), ocupada pelos suíços após o abandono das terras coloniais, e às terras fronteiriças a Cantagalo, onde havia cultivo de café. Um grande território pertencente à cidade ainda não foi objeto de investigação dos historiadores: um território que estava entre a Freguesia de São João Batista (sede da Vila) e a Freguesia de Sebastiana, que, apesar de atualmente pertencer ao município de Teresópolis, fez parte de Friburgo durante praticamente todo o século XIX. Com base nas informações obtidas no *Almanaque Laemmert*, esta última freguesia, criada em 1862, era composta por comerciantes, fazendeiros, lavradores e proprietários de fazendas de criar. Ademais, outros dois fatos devem ser destacados: a

⁸ MARRETTO, Rodrigo Marins. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ); MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (1829-1873)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

⁹ MAYER, Jorge Miguel *Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

presença do grande número de famílias com sobrenomes de origem portuguesa e a ausência de fazendeiros destinados à produção de café.¹⁰

Em pesquisa recente, Gabriel Frazão examinou algumas comunidades rurais localizadas no 3º Distrito de Nova Friburgo, nome atual de uma parte do território mencionado acima. Em seu trabalho, Frazão percebeu que algumas famílias de origem portuguesa, atualmente dedicadas à produção agrícola, já estavam presentes naquele território desde a segunda metade do século XIX. Além disso, o autor constatou que elas casaram entre si e circularam por outras localidades daquele distrito, sem, de forma geral, perder a sua ligação com a produção agrícola. Contudo, o analista, fundamentando-se em uma série de entrevistas realizadas com produtores locais, salienta que esse grupo não tinha suas histórias ligadas ao plantio de café, mas sim ao cultivo de gêneros destinados ao próprio consumo, ao abastecimento de estabelecimentos locais e, já nos anos 70 do século XX, aos mercados situados na cidade do Rio de Janeiro.¹¹

Dessa forma, diante do diálogo com os autores apresentados acima, entende-se que, se por um lado, já existem alguns estudos destinados à análise do mundo rural friburguense, por outro, torna-se mister pesquisas que entendam melhor outros agentes sociais presentes neste espaço. Ou seja, para além dos suíços, dos alemães e dos grandes fazendeiros escravistas, havia outro grupo de imigrantes portugueses, que ocupavam áreas onde o plantio de café era praticamente inviável – terras frias – mas que, a despeito da dificuldade se mantiveram naquelas localidades e se constituíram enquanto proprietárias de terras. Este é o caso do imigrante português Antonio José Mendes.

"As Terras Frias": Uma "região" de abastecimento e de criação em Nova Friburgo e a imigração portuguesa

O agente analisado neste estudo se localizava em uma área que, atualmente, faz parte do 3º Distrito de Nova Friburgo, espaço ainda marcado pela produção agrícola que, em sua maioria, é enviada ao Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (CEASA-RJ). Devido às suas condições climáticas, esse território administrativo, criado em 1924, foi

¹⁰ Foram consultadas, previamente, as informações da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sebastiana, de 1862 até 1888. Disponíveis em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 20 ago. 2019.

¹¹ FRAZÃO, Gabriel Almeida. Memórias de vidas no campo: a Revolução Verde e as transformações nas "artes de fazer e conviver" dos trabalhadores de bairros rurais da Serra Fluminense (Nova Friburgo e Sumidouro) (1950-2000). (Comunicação Oral). *Caderno de Resumos do [...] Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias*. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=5. Acesso em: 20 ago. 2019. Processo semelhante foi identificado por Manuela Pedroza, em uma freguesia situada no Rio de Janeiro. Ver: PEDROZA, Manuela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas (SP). Ver, também: FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI - XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

chamado de "Terras Frias" até o ano de 1938, quando passou a se chamar "Campo do Coelho". O distrito, segundo Frazão, é formado por comunidades residentes em "bairros rurais" que possuem grandes ligações históricas e culturais entre si.¹² Esses traços culturais comuns fazem com que Jaqueline Dália classifique tais áreas como pertencendo a uma arquicomunidade, caracterizada pelo compartilhamento de traços identitários. Esses estudos, além de alguns dados já apresentados na partição anterior, abrem caminho para que essa porção territorial seja percebida metodologicamente como uma região.¹³

Pierre Bourdieu chama a atenção para o fato de que a chamada "realidade" é fruto de uma série de representações que dependem de um sentimento de reconhecimento e de pertencimento a uma localidade. Tomando como exemplo o conceito de região, o sociólogo entende que, além de classificar, a ciência social deve compreender as noções e valores que orientam os recortes regionais, tendo vista que a própria organização espacial é fruto das representações mentais dos agentes envolvidos. Assim, o estudioso aponta, como objeto de investigação, os interesses desses indivíduos bem como a capacidade que eles teriam de impor as classificações que orientariam as divisões político-administrativas atuais, que, então, não podem ser vistas como algo natural. A dinamicidade que o conceito ganha na análise do pensador, sugere que se deva buscar, por meio da análise dos interesses e das representações mentais, como os agentes dos bairros estudados construíram relações sociais que propiciaram a existência de uma regionalidade.¹⁴

Francisco Carlos Teixeira e Maria Yedda Linhares reconhecem a validade do conceito para os pesquisadores da história agrária. Discordando das divisões estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos 90, os autores entendem que a região não é algo dado a priori, mas sim uma construção feita pelo pesquisador, com base nas fontes e nos objetos de análise. Sendo assim, o estudioso não deve ficar preso às fronteiras físicas e/ou administrativas, mesmo aquelas mais recuadas no tempo. Ou seja, os autores entendem a importância das freguesias, paróquias e cartórios para organização da vida administrativa Brasil, mas percebem a necessidade de um olhar mais atento sobre a organização social e econômica pode ser mais útil na delimitação da área estudada.¹⁵ Para fugir então, do mero recorte administrativo, eles defendem a necessidade de estabelecer, sempre que possível "reduções e/ou ampliações no raio de ação" da investigação. Essa ideia de uma história "ao microscópio" concorda com as proposições de Jacques Revel, que enaltece a importância da

¹² FRAZÃO, Gabriel Almeida. "A Serviço da Formação do Jovem Rural": *Desafios e Contradições na Atuação do CEFFA CEA Rei Alberto I Como Agente do Desenvolvimento do Meio*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).

¹³ DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. Aspectos fonéticos da variação linguística-identitárias das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo-RJ. *A Cor das Letras*, Feira de Santa (BA), v. 19, n. Especial, p. 40-63, mar. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/2858>. Acesso em: 20 ago. 2019.

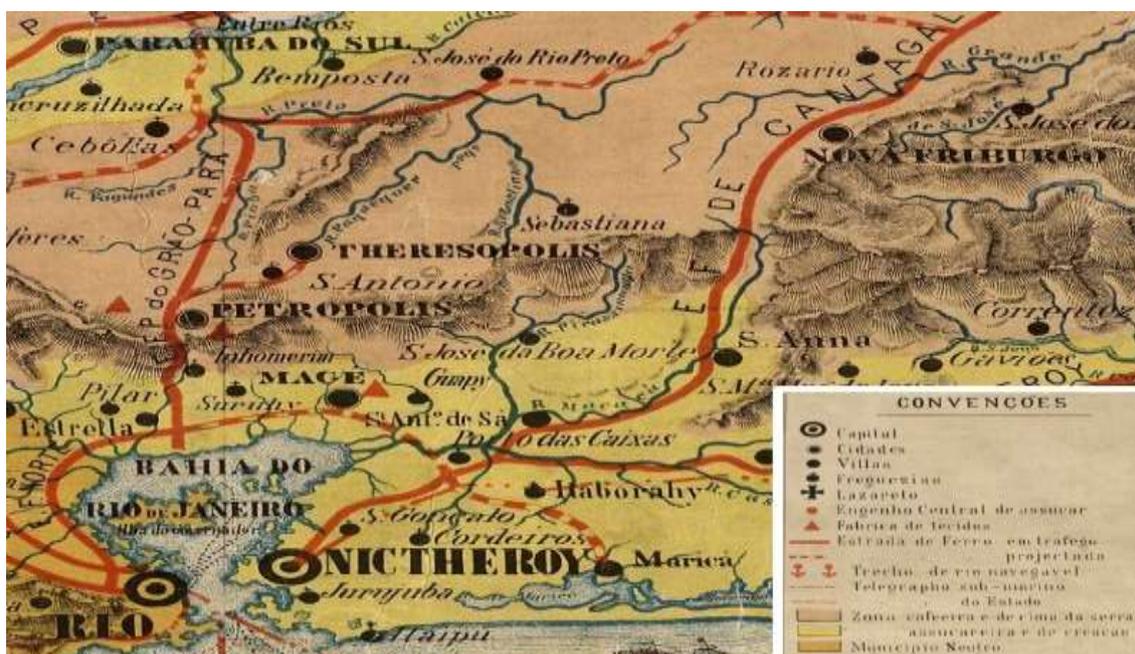
¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010, p. 108-115.

¹⁵ TEIXEIRA, Francisco Carlos; LINHARES, Maria Yedda. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995, p. 20-24.

variação da escala de observação para a construção do objeto de estudo, já que "variar [a escala] não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar a sua forma e sua trama". Esse procedimento se coaduna, também, com a chamada "história ao rés do chão", ou seja, a análise micro-histórica defendida por Giovanni Levi. Por meio dela, as histórias de vida dos agentes, aparentemente comuns, ajudam a entender as dinâmicas que constroem os diversos laços sociais, econômicos e simbólicos presentes no mundo (região) rural, corroborando para a análise de uma determinada realidade. Destaca-se ainda a importância da obra de Levi, que ao analisar uma sociedade rural italiana, lança luzes sobre as possibilidades de análise do universo camponês e as estratégias em prol do patrimônio, seja ele material ou não.¹⁶

Nesse ínterim, segundo Ilmar Mattos, o conceito de região pode dar vida, em toda sua complexidade, aos processos engendrados por diversos agentes sociais, em uma determinada área. Se o autor define as localidades analisadas em seu trabalho como sendo parte de uma "região de agricultura mercantil escravista", pode-se dizer, por analogia, que parcelas do atual 3º Distrito de Nova Friburgo, do município de Sumidouro, também com clima mais frio, e de Teresópolis (**Figura 1**) formaram, ao longo dos séculos XIX e XX, uma região de produção de gêneros de abastecimento para a sede de Nova Friburgo e de criação de animais.¹⁷

Figura 1 – Delimitação da Região das "Terras Frias"



Fonte: Recorte feito pelo autor de Mapa da Província do Rio de Janeiro.

¹⁶ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p. 20; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7.

¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999, p.36-37.

Ademais, a construção dessa hipótese comunga da noção de região pensada por Gian Giuliani, em que, para além de concordar com a visão de Mattos sobre a necessidade de se entender mais a fundo a complexidade das relações regionais, propõe que ela seja percebida de forma não isolada. Ou seja, o autor entende que a análise regional deve estar atenta às características específicas que marcam o campo da pesquisa, sem deixar de ter em conta que essa "parte" se articula a um todo, a outras partes, regiões, e a um centro.¹⁸ Ao tratar da realidade fluminense, ele entende que, por exemplo, a centralidade do Rio de Janeiro – como capital do Estado e, durante anos, como capital do Brasil – deve ser considerada para o entendimento do desenvolvimento do sistema produtivo local, que é visto como algo fundamental para a compreensão das relações sociais intra e extrarregionais. Contudo, da mesma forma, tal reconhecimento dessa centralidade não significa desconsiderar a dinâmica regional interna e, como adverte Bourdieu, os próprios interesses dos agentes sociais, responsáveis pelas especificidades internas de cada região.¹⁹

O mesmo raciocínio é desenvolvido por Rui Erthal que, ao analisar a realidade da Serra Fluminense, já percebe a existência, ao lado da cultura cafeeira, de outras produções voltadas para o mercado interno. Por meio de um breve histórico sobre o processo de ocupação dos Sertões do Macacu, o autor salienta que, após a comprovação da inexistência de jazidas de minérios, o processo de povoamento local se deu com a presença de pequenos e médios proprietários, destinados ao abastecimento do Rio de Janeiro.²⁰ Produtos como milho, feijão, carne, banha, toucinho e ovos eram transportados pelas tropas de burros via serra da Boa Vista em direção a Porto das Caixas. Ainda segundo Erthal, a formação da colônia de Nova Friburgo potencializou ainda mais a importância do setor de abastecimento já que, agora, havia um núcleo colonial para alimentar.²¹ Os muares podem ter se dirigido, a partir de então, também para a sede colonial e a área estudada.

A importância dos tropeiros para o escoamento de mercadorias já foi destacada, nos anos 60, por Maria Sylvia de Carvalho Franco. A autora, inclusive, percebe uma relação de dependência entre os donos de tropas e os proprietários de terras, em que os primeiros acabavam se colocando em uma situação de subordinação frente aos últimos por conta da necessidade de pastagens para os seus animais. Ademais, a autora aponta como o comércio dos muares permitiu a ascensão social de alguns criadores, que chegaram a acessar o mercado de terras.²² Alguns deles se tornaram comerciantes, vinculando casas de negócios às suas propriedades, articulando economia de subsistência e produção para o mercado. Esse mesmo

¹⁸ GIULIANI, Gian Mario. A problemática da regionalização Agrária no Estado do Rio de Janeiro: observações metodológicas. In: CARNEIRO, Maria José; et al. *Campo Aberto: o rural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p. 67-70.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico...Op. cit.*

²⁰ ERTHAL, Rui. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. *Scripta Nova*, Barcelona, v. X, 2006.

²¹ *Ibidem*, p. 8-10.

²² FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

processo é confirmado por Alcir Lenharo, que, no contexto joanino, demonstra o crescimento da importância dos donos e condutores de tropas para o abastecimento da corte.²³ Entende-se que a região estudada, as "Terras Frias", estava inserida nesse processo de integração, onde a produção e o escoamento de gêneros alimentícios se consolidavam. Aqui, pode-se citar, ainda que rapidamente, dois casos que compravam essa posição.

Em entrevista realizada com um dos membros da família Almeida Cruz, situada no 3º Distrito de Nova Friburgo, levantou-se a informação de que a criação de mulas foi a atividade econômica inicial desenvolvida por aquele grupo. Segundo ele, o imigrante português José de Almeida Cruz, teria ganhado a vida como criador de bestas de carga em uma área hoje chamada de Água Quente, distrito de Teresópolis. De posse desse nome, a realização de uma pesquisa no *Almanaque Laemmert* constatou que ele foi listado, na Freguesia de Sebastiana, como proprietário de "Fazendas de Criar", em 1882, e como "Lavrador", em 1883 e 1885. Ainda segundo a memória familiar, seu filho mais velho, Manuel de Almeida Cruz, desenvolveu a mesma atividade, já em áreas do atual 3º Distrito de Nova Friburgo, onde os seus descendentes ainda residem, possuindo, ainda, algumas porções de terras.²⁴

Ademais, pode-se dar outro exemplo, agora de um grande proprietário local, o Barão de Nova Friburgo. Ele possuiu nesta região, a fazenda São Lourenço, que ao contrário das suas outras propriedades, não continha plantações de café. Apesar de ter 2.000 alqueires de terra, havia ali, apenas, 41 escravos e 867 animais, sendo a propriedade menor avaliada pelos inventariantes do Barão, mas terceira na quantidade de criações. Os inventariantes a classificaram como sendo uma "fazenda de criar", sendo suas terras divididas "parte em pastos, parte em matos e parte em capoeiras".²⁵

Ainda no que se refere à questão dos muares, mesmo a chegada da estrada de ferro, 1873, parece não ter diminuído a importância desses animais para o transporte de mercadorias entre as localidades que compunham o município. Tal ideia é corroborada por meio da análise do Censo Agrícola de 1920, onde Nova Friburgo aparece como a terceira maior cidade do Estado do Rio em número de criações de asnos e mulas.²⁶

No que se refere ao processo de imigração portuguesa para a região, há poucos estudos. Emília Viotti da Costa menciona o fato de, a partir de 1850, alguns proprietários da região Norte

²³ LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil - 1808-1842. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

²⁴ Entrevista realizada com Mário Ferreira de Almeida em 01 de março de 2014. Um dos netos de Manuel possui o ferro de marcar os animais que pertenceu a seu avô, possuidor de mais de 200 alqueires de terras. Ver: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte do Rio de Janeiro*. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sebastiana, Ano de 1882, 1883 e 1885. Disponível no site: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Acesso em: 20 ago. 2019.

²⁵ MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (1829-1873)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), p. 168-180. Ver, também: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do Barão de Nova Friburgo. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Vara Cível do Rio de Janeiro, ano 1873, cx. 2619, gal. E, n. 44.397 (not. 1171), p. 76 – 77v.

²⁶ *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Vol. 3: Agricultura. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

e Noroeste do Rio de Janeiro terem trazidos colonos de Portugal e das Ilhas para o trabalho em suas fazendas. O Barão de Nova Friburgo trouxe um total de 900 colonos, em sua maioria, portugueses; Pio Correa, em Cantagalo, e os irmãos Francisco e Fernando Abreu Magalhães, no Carmo, também se utilizaram desse expediente. Ainda segundo a autora, se, na década de 70, muitas dessas iniciativas já se encontravam em declínio, as colônias do Barão de Nova Friburgo ainda se mantinham prósperas.²⁷

Diante dessas informações, pode-se aventar a possibilidade de alguns dos portugueses presentes na região estudada serem originários desses movimentos de imigração. Seguindo os antigos caminhos de terras e trilhos de burros, alguns dos colonos podem ter partido em direção de terras a serem ocupadas. Nesse sentido, chama a atenção, em primeiro lugar, o número de portugueses presentes nas freguesias que compunham o município de Nova Friburgo na segunda metade do século XIX, algo que pode ser percebido nas tabelas **1** e **2**, produzidas com base no Censo de 1872.

Tabela 1 – Imigrantes, por Paróquia / População total de Nova Friburgo (1872).

Paróquia	Franceses	Alemães	Suíços	Portugueses	Africanos L.	Africanos E.
São João Batista	1,4%	1,6%	1,1%	9,5%	0,3%	0,3%
São José do Ribeirão	0,1%	1,9%	0,0%	2,1%	2,1%	7,1%
N. S. C. Paquequer	0,1%	0,0%	0,1%	6,3%	9,8%	0,5%
N.S. C. da Sebastiana	0,1%	0,0%	0,0%	7,3%	0,2%	4,3%
Total	0,5%	1,2%	0,3%	5,8%	2,8%	3,4%

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Censo de 1872.

Na tabela está listado o número de imigrantes diante da população total registrada no Censo de 1872. Destaca-se que os imigrantes portugueses representam, ao todo, quase 6% da população geral do município. Tal número, bem superior ao de suíços, ratifica a ideia de que houve um fluxo de migração para a região, em um momento posterior da chegada dos helvéticos e dos alemães, ou seja, a partir da década de 40 do século XIX. Analisando mais especificamente cada freguesia, nota-se que eles estão em menor quantidade na localidade onde havia maior produção de café, ou seja, em São José do Ribeirão, mesmo local em que há o maior número de escravos.²⁸ Ali, a própria estrutura do latifúndio escravista pode ter dificultado o acesso à terra dos lusitanos, que, então, deslocaram-se para outras áreas, não

²⁷ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 164.

²⁸ LISBOA, Edson Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: MAYER, Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.). *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003, p. 90-96.

necessariamente menos povoadas, mas com outras dinâmicas produtivas devido a vários aspectos tais como: clima, relevo, distância do centro da vila.

Nesse sentido, entende-se que a região examinada, uma área distante da Vila, que se situa no termo da Freguesia de São João Batista e a Freguesia de Sebastiana, possa ser analisada por meio de uma visão análoga a que Marina Machado entendeu, em seu estudo sobre Valença, como uma área de fronteira. Divergindo da visão de terras abundantes e desocupadas, a autora concebe a fronteira como espaço privilegiado para o entendimento das disputas territoriais, que abriram caminho, inclusive, para a ascensão de diversos agentes sociais. Ela é vista como um espaço de constantes negociações onde a interação, muitas vezes desigual, de cada grupo, cada qual com os seus interesses, geraria novos valores e novas identidade. Como exemplo, Machado aponta a própria penetração do capitalismo como algo que reorganizaria não somente a produção, como o modo de vida local. Assim, a fronteira também é marcada por uma disputa sobre as concepções que cada grupo detém sobre a terra e o seu uso, e um lócus privilegiado para a análise da sua transformação em propriedade privada.²⁹

Entende-se, pois, que os portugueses encontraram, nesse território, não um espaço vazio, mas uma região onde conseguiram acessar, de alguma forma, a propriedade da terra. Essa percepção é corroborada pela **tabela 2** na qual se demonstra a relação entre o número de portugueses e o total de imigrantes em cada freguesia friburguense. Chama a atenção a grande presença dos lusitanos nas freguesias já citadas acima, que possuem números bem mais altos do que a média de todo o município.

Tabela 2 – Imigrantes, por Paróquia (1872).

Paróquia	Franceses	Alemães	Suíços	Portugueses	Africanos L.	Africanos E
São João Batista	8,0%	9,0%	6,1%	54,6%	1,6%	1,9%
São José do Ribeirão	0,4%	14,0%	0,0%	16,0%	16,1%	53,4%
N.S. C. Paquequer	0,3%	0,0%	0,4%	37,2%	57,9%	3,0%
N.S. C. da Sebastiana	0,7%	0,0%	0,4%	60,4%	1,4%	35,4%
Total	3,1%	7,9%	2,3%	38,3%	18,7%	22,7%

Fonte: Produzido pelo autor a partir do Censo de 1872.

Diante desse cenário, torna-se importante, então, entender as formas pelas quais se deu a ocupação territorial desta região de Nova Friburgo. Márcia Motta, em vários trabalhos, vem abordando o processo de acesso a terras no Brasil, destacando o modo variado como os

²⁹ MACHADO, Marina Monteiro. Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824). Guarapuava, PR: Unicentro, 2012, p. 30-47.

agentes sociais procuraram justificar e/ou legitimar sua posse/propriedade.³⁰ Dessa forma, e com base na discussão bibliográfica realizada nas páginas anteriores, o texto se concentrará, daqui por diante, na análise da trajetória do negociante português Antonio José Mendes. Ele será o que Barth chamou de "estrelas de primeira grandeza", ou seja, agentes sociais que servem de entrada para o estudo de uma realidade social.³¹ Em termos metodológicos, a pesquisa foi realizada, principalmente, com base no paradigma indiciário em um conjunto de documentos produzidos no século XIX e início do século XX.³² Por meio deles, procurou-se examinar as ações e as relações sociais de Mendes, tomadas como porta de entrada para o entendimento, ainda preliminar, do processo de acesso à terra em uma região voltada para abastecimento e criação de animais.

Estratégias de acesso à terra do negociante Antonio José Mendes

Segundo a memória familiar, o imigrante português Antonio José Mendes (1822-1921) era originário do arquipélago dos Açores.³³ Contudo, tal informação não está presente no atestado de óbito, em que apenas é indicado a sua origem portuguesa, sem determinar o local de seu nascimento.³⁴ Devido ao fato de não se terem localizado os registros de seus nascimento e casamento, o único indício que confirma o relato familiar é uma certidão de casamento em que ele, em 1867, já ao lado de sua esposa, em Nova Friburgo, aparece como padrinho de casamento de um português chamado José Luís Mendes, da Ilha de Terceira dos Açores.³⁵

Ademais, os documentos examinados permitem inferir que Antonio José Mendes só chegou à região de Nova Friburgo após a década de 1850, já que seu nome não está no Registro Paroquial de Terras – confeccionado entre os anos de 1854 a 1857 - das freguesias que compunham o município.³⁶ Uma vez estabelecido, casa-se com Mariana Rimes, filha de um

³⁰ MOTTA, Marcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008; MOTTA, Marcia M. M. A Grilagem como legado. In: MOTTA, Marcia M. M.; PINHEIRO, Theo Lombardinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; MOTTA, Marcia M. M. *Direito a terra no Brasil: gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2012.

³¹ BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.

³² GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³³ Essa memória foi acessada por meio de uma entrevista e uma conversa informal com duas descendentes de Antonio José Mendes.

³⁴ Cf.: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). Acervo Permanente, cx. 01.411.145-7. Inventário de Antonio José Mendes (1921).

³⁵ *Livro de Registro de Casamento*. vol. 1, p. 240v. Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo. Também não foi encontrado no registro de imigrantes do Arquivo Nacional registro de sua chegada ao Rio de Janeiro.

³⁶ Sabe-se que muitos proprietários optaram por não registrar suas terras neste documento. Ver: MOTTA, Marcia M. M. *Nas fronteiras... Op. cit.* Contudo, o fato de Mendes aparecer, como se verá mais adiante, na documentação cartorial somente na década de 60, reforça, neste caso, o argumento apresentado acima.

descendente suíço que figura no *Almanaque Laemmert* na lista de fazendeiros locais.³⁷ O nome do português só aparece listado na publicação a partir do ano de 1865, fazendo-se então presente em várias outras edições até o ano de 1885, sempre listado como "negociante" da Freguesia de São João Batista.³⁸ No mesmo ano de 1885, ele também é mencionado, na documentação camarária, como dono de "casa de negócio no Córrego Grande", termo daquela freguesia.³⁹

As informações sobre a atividade profissional de Mendes corroboram a narrativa familiar de que o imigrante, mesmo sendo possuidor de terras, teria, de fato, tido como sua principal atividade o comércio, feito em sua propriedade, na fazenda Córrego Grande, ainda de posse de alguns dos seus descendentes (Ver **Imagem 1** e **Imagem 2**). Aliás, ainda segundo a família, foi com esse tipo de negócio e com a prática de empréstimos que o luso construiu seu patrimônio.

Imagem 1 - Fazenda Córrego Grande (1950).



Fonte: Acervo pessoal de Joana da Veiga.

³⁷ Segundo Henrique Bon, Mariana Rimes era filha de João José Cypriano Rimes e Maria Senhorinha Coimbra (também conhecida como Maria Senhora de Paula e Maria Senhora da Trindade), casados em 29 de maio de 1844. João José Cypriano era filho de Felix Rime, açougueiro e possuidor de terras no Córrego do Funil, no Rio Grande. Este terreno, de 300 braças de testada por 1.500 de fundos, foi comprado, em 1827, de Manuel José de Souza, por 300 mil réis. Ainda segundo o estudioso, esta propriedade passou, desde então, a servir de residência da família. BON, Henrique. *Os imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo, RJ: Imagem Virtual, 2004, p. 776. Nos anos 1865 e 1866 Cypriano Rimas é listado, no *Almanaque Laemmert* como fazendeiro, junto a outros grandes proprietários, tais como o Barão de Nova Friburgo. Ver edições dos anos citados no *Almanaque*, disponibilizadas no site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 01 jun. 2019. Sobre a prática de imigrantes portugueses se casarem com mulheres nascidas no Brasil, ver: LIMA, Rachel Gomes. *Senhores e Possuidores: Propriedades, famílias e negócios da terra no rural carioca oitocentista (Inhaúma, 1830-1870)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.

³⁸ Ver edições dos anos citados no *Almanaque Laemmert* disponibilizadas no site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 01 jun. 2019.

³⁹ Ver Ata da continuação da 1ª sessão ordinária, em 25 de fevereiro de 1885. (fls.174). *Atas da Câmara de Nova Friburgo*. Transcrição de Carlos Jayme S. Jaccoud. Nova Friburgo, RJ: Fundação D. João VI, 2015.

Imagem 2 - Fazenda Córrego Grande (2013).



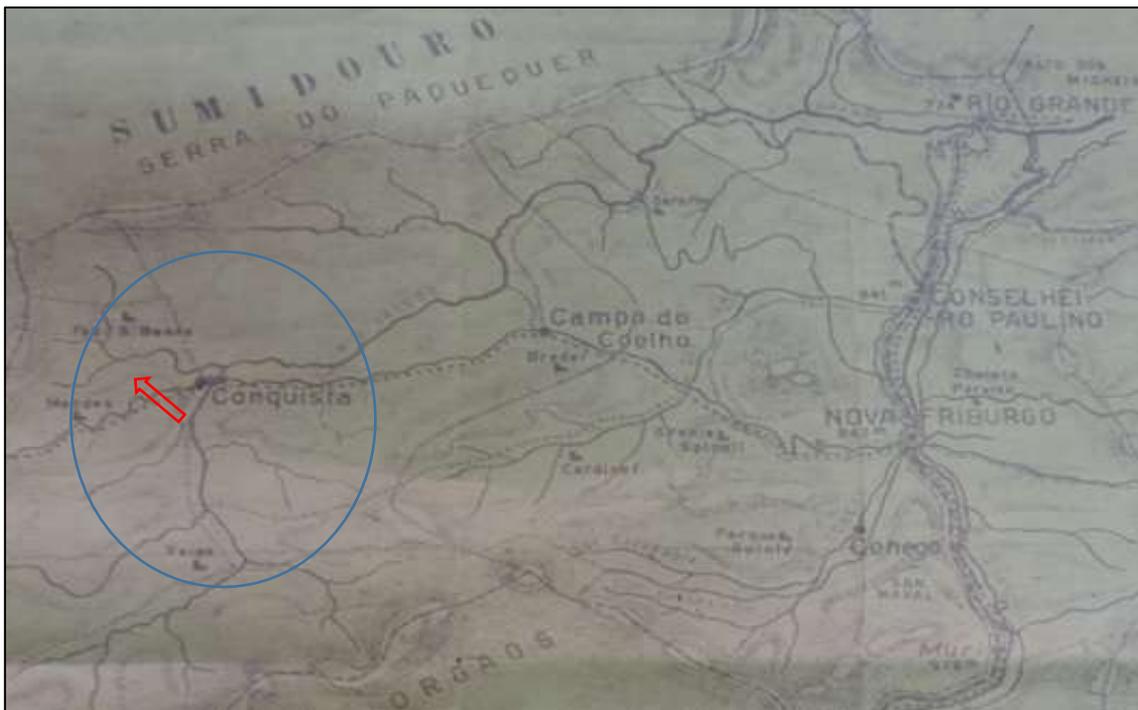
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A riqueza acumulada pelo patriarca faz com que os seus descendentes ainda sejam proprietários de terra naquela região.⁴⁰ Neste sentido, a pesquisa se deparou com um mapa produzido, possivelmente na virada da década de 30 para a de 40 do século XX, em que essa fazenda é listada ao lado de um número reduzido de outras grandes propriedades (**Mapa 2**).⁴¹ Nele, destaca-se, em azul, a área onde se concentra a pesquisa e a seta vermelha indica a fazenda da família Mendes.

⁴⁰ Entende-se que essa situação também pode ser explicada por outros fatores, como a divisão da herança e outras estratégias de manutenção patrimonial, que não caberiam no limite dessas páginas. Tal assunto será esmiuçado em trabalhos posteriores.

⁴¹ O mapa, elaborado para atender uma legislação feita no governo Vargas, tinha como objetivo uniformizar o processo de divisão territorial do Brasil, dando atenção aos municípios e seus distritos. Ver: Decreto-Lei n. 0311, de 2 de março de 1938. IBGE. *Coletânea de leis e decretos relativos ao Conselho Nacional de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952, p. 60-64. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83831.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Mapa 2 - Presença da família Mendes no 3º Distrito de Nova Friburgo.



Fonte: Recorte feito pelo autor de Mapa da Fundação D. João VI. S./d.

Marina Machado ratifica a importância do uso de mapas nas análises historiográficas e, especificamente, nos estudos sobre as fronteiras. A partir de uma metodologia de comparação de mapas produzidos em várias épocas, Machado demonstra a história da construção da região analisada, que de "Sertões" passou a ser chamada de "Valença". A autora ainda chama a atenção para o fato de os mapas serem representações, ou seja, que "cartografar era também uma ação política, que construía verdades acerca de limites, quando estes ainda eram um processo de construção".⁴² Os mapas devem, então, ser vistos como instrumentos de poder.

As posições defendidas pela autora são fundamentais para o entendimento do mapa anteriormente citado. Afinal, o fato de a fazenda Mendes ser citada, em detrimento de outras propriedades rurais e de outras famílias já presentes no território, por si só, já aponta para a importância desse grupo no século XX. Ademais, tendo em vista que os descendentes de Antonio José Mendes, na virada do século, estabeleceram laços com os Veiga,⁴³ entende-se que aquela linhagem tinha ligações diretas com 2 das 3 fazendas reconhecidas naquela região. Por fim, cabe lembrar que essa família proprietária, dá, inclusive, nome a um dos bairros rurais ali existentes: o "Barracão dos Mendes". Diante desses dados, deve-se, então, entender a forma como Mendes adquiriu seu patrimônio e, por conseguinte, sua importância. Tomando como base as informações presentes no inventário de sua esposa, Mariana Rimes, e os dados presentes no Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, que abrangia a freguesia onde ele exercia as suas

⁴² MACHADO, Marina Monteiro. *Entre fronteiras...* Op. cit., p. 55.

⁴³ Luiza Mendes da Veiga, filha de Antonio José Mendes se casou com José Alves da Veiga Barbuda. Cf.: TJ-RJ. Acervo Permanente, cx. 01.411.145-7. Inventário de Antonio José Mendes (1921).

atividades, pretende-se compreender algumas estratégias utilizadas pelo imigrante para se estabelecer na região já descrita.

Todavia, antes da análise da documentação, faz-se necessário esclarecer o que se entende aqui como estratégia. Baseando-se na obra de Michel de Certeau, ela é pensada como a capacidade de um agente social de previsão, de antecipação no tempo, do entendimento de um espaço. Ou seja, é o que permite a um sujeito capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter, assim, certa independência em relação às várias circunstâncias.⁴⁴ Ao pretender-se aqui, por meio desse conceito, entender as ações do comerciante, não se deve esquecer que ele é um homem de seu tempo. Ao se utilizar também dessa noção, Manuela Pedroza defende que ela não pode ser tomada como uma intenção clara, totalmente consciente e racional dos indivíduos, descolada dos condicionantes estruturais. Ao contrário, a autora ratifica a ideia de que o conceito deve levar em consideração todo o sentido prático incorporado pelos sujeitos ao longo da história. Ao falar de estratégia, Pedroza tenta perceber as regularidades que orientam as ações, fundamentadas em um sentido prático de um jogo social e particular historicamente definido. Enfim, o bom jogador segue as regras do jogo, mas tem a capacidade de se adaptar e inventar diante de uma série de situações inesperadas.⁴⁵

Nesse sentido, no inventário de sua esposa, datado de 1914, percebe-se que o casal possuía bens e investimentos que iam além da posse de terras, algo que pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3 - Bens do Inventário de Mariana Rimes (1914).⁴⁶

Descrição do bem	Valor em Réis	Valor em Libras
97 títulos da dívida pública federal.	79:928.000	4.992
Imóveis: 1.760 alqueires de terra ou 4.787,2 hectares.	76:850.000	4.800
Dívidas ativas (Hipotecas)	23:607.748	1.475
Semoventes (18 animais)	1:160.000	72
Total do espólio	181:545.748	11.339

Fonte: Produzido pelo autor. TJ-RJ. Acervo Permanente. Inventário de Mariana Rimes.

⁴⁴ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 99-100.

⁴⁵ PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral... Op. cit.*, p. 26.

⁴⁶ A conversão para libra esterlina é uma metodologia utilizada pela historiografia para que possa estabelecer comparações entre valores em temporalidades distintas, já que o valor da moeda brasileira variava muito ao longo do tempo. Para a conversão, utilizaram-se as informações disponibilizadas em: FILHO, Heitor Plínio de Moura. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, jul.-dez. 2010, p. 9-34. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2010v11n15p9>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Nota-se, inclusive, que a maior parte da riqueza familiar não está nos seus bens rurais (quase 1.800 alqueires, mais de 4.000 hectares, e os animais), que somavam 43% dos bens, mas, sim, em investimentos em títulos da dívida pública federal. Essa quantia de terras está muito acima do padrão fundiário de Nova Friburgo. Com base no Censo de Agrícola de 1920, percebe-se que das 1037 propriedades listadas, apenas 4 estariam na faixa entre 2.001 e 4.000 hectares.⁴⁷ Ademais, os dados comprovam que Antonio José Mendes, de fato, concedia crédito já que possuía cerca de 23:000.000 contos de reis investidos em hipotecas. Ainda que os documentos até então analisados não permitam a comprovação da tese familiar de que muitas das terras obtidas por Mendes foram provenientes de empréstimos não saldados, eles deixam claro que a renda principal da família não provinha da propriedade. No inventário, não se faz menção a nenhuma roça, plantação ou a existência de alimentos estocados. Por fim, o pequeno número de semoventes listados também não indica que a família fosse criadora de animais, que deviam ser utilizados para as suas necessidades mais básicas. O imigrante aqui analisado não pode, assim, ser pensado como típico fazendeiro.

Sob esse ângulo, vários autores apontaram, ao longo dos anos, para as formas como proprietários de terras diversificavam suas atividades econômicas.⁴⁸ De maneira geral, eles concordam que tal estratégia foi importante não somente para o enriquecimento, como para o aumento e/ou manutenção do poder familiar local. Contudo, existem discordâncias no que diz respeito às formas como tais agentes organizavam os seus negócios e, por conseguinte, como eles poderiam ser classificados.

João Fragoso, fundamentando-se nas denominações existentes no *Almanaque Laemmert* de Paraíba do Sul, entende que alguns grupos profissionais atuaram no mercado de compra e venda de terras e de fornecimento de crédito: os "fazendeiros capitalistas" e "os fazendeiros-negociantes-capitalistas"; "os negociantes-fazendeiros"; e os "negociantes". Os primeiros eram os membros do subgrupo mais rico – com menos de 1.000 hectares de terras – e que se utilizavam do mercado apenas para consolidar a sua posição como membro da aristocracia fundiária. Os segundos tinham a origem da sua riqueza no comércio e queriam ascender, ou seja, entrar no mundo agrário escravista. Assim como os fazendeiros-capitalistas, eles se aproveitavam dos momentos de crise para emprestar dinheiro a proprietários menores. Dessa forma, eles foram identificados em um grande número de transações cartoriais (compra/venda e créditos), porém com quantias menores, de menos de 1.000 libras. Ademais, ao final da sua vida, acabavam sendo definidos como fazendeiros, possuindo, na maioria dos casos, mais de 65% de sua renda em bens rurais. Já os terceiros, sempre listados no *Almanaque* como comerciantes e/ou negociantes eram os principais abastecedores de mercadorias e de créditos

⁴⁷ A grande maioria, ou seja, 788 propriedades, estava na faixa de 41 a 100 hectares. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Vol. 3: Agricultura. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6452.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

⁴⁸ Ver: ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral... Op. cit.*; MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista... Op. cit.*; FRAGOSO, João. *Os barões do café e o sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

para os pequenos e mais pobres produtores. Por isso, esse grupo possuía grande capilaridade social, atingindo um grande número de agentes, mas com quantias, em 90% dos casos, menores do que 500 libras. Já os ganhos obtidos com as suas transações foram, em Paraíba do Sul, até 1860, principalmente destinados a imóveis urbanos, sendo, apenas após a esse período, investidos em imóveis rurais, quando os demais grupos deixaram de optar por esse investimento.⁴⁹

Em seu trabalho sobre o Barão de Nova Friburgo, Rodrigo Marretto defende outra classificação para o entendimento das ações de um grande proprietário rural, ou seja: a de "capitalista fazendeiro". A proposição se dá, entre outros motivos, pelo fato de o Barão ter a origem da sua riqueza no comércio de grosso trato, não tendo investido no mercado após ter se tornado latifundiário. Ou seja, como o comércio foi a atividade que serviu de base para a construção da fortuna do Barão, Marretto opta por inverter o conceito, definindo o potentado friburguense como "capitalista-fazendeiro". Destarte, o autor ainda ressalta que ao classificá-lo desta forma, o termo capitalista não desmerece o elemento fazendeiro, apenas destaca a origem da riqueza do nobre estudado.⁵⁰ Por sua vez, o segundo termo aponta para a principal atividade econômica de um dos homens mais ricos do império.⁵¹

Diante do trabalho desses autores e mesmo tendo ciência de que eles estudaram áreas e agentes diretamente ligados à produção escravista para o mercado externo, percebe-se, nas ações de Antonio José Mendes, algumas semelhanças com as que foram descritas acima. Em busca da confirmação dessa hipótese e levando em conta as advertências feitas pela historiografia no que se refere ao uso dos inventários - já que estes não são capazes de demonstrar a dinâmica do processo de acumulação⁵² - examinaram-se, também, documentos cartoriais. A partir da pesquisa onomástica e indiciária, analisaram-se os 10 livros dos anos de 1840 a 1888, do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.⁵³ Ao término da apreciação, Antonio José Mendes foi encontrado em 15 transações, todas envolvendo propriedades rurais. Na primeira, datada de 1861, ele comprou um direito de herança, em um local não discriminado, por uma quantia de 450.000 réis (48 libras). Já na segunda, em 1866, um ano depois do seu aparecimento no *Almanaque*, ele comprou, por 1:800.000 réis (182 libras), a

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista... Op. cit.*, p. 187-189.

⁵¹ O autor, dialogando com a obra de Ricardo Salles, estabelece uma classificação para medição da riqueza baseada na quantidade de escravos. Segundo Marretto, os microproprietários possuíam de, 1 a 4 escravos; os pequenos proprietários de 5 a 19 escravos; os médios proprietários de 20 a 49; os grandes proprietários de 50 a 99; e, os megaproprietários, mais de 100 cativos". *Ibidem*, p. 78. Apesar de muito interessante, essa classificação foi discutida pelo fato de, até o momento, não se encontrado sinal de que Antonio José Mendes tenha possuído escravos em sua propriedade.

⁵² *Ibidem*, p. 150.

⁵³ Aproveito para agradecer ao historiador Rodrigo Marins Marretto que, gentilmente, disponibilizou as digitalizações de todos os livros de notas presentes no cartório que datam do século XIX.

Fazenda Córrego Grande, propriedade onde viveu e que até os dias de hoje pertence a sua família.⁵⁴ Ademais, tal procedimento propiciou a construção da tabela listada abaixo:

Tabela 4 - Resumo da movimentação financeira de Antonio José Mendes (1840 – 1888).

Atividade	Ocorrências	Valor em Réis	Valor em Libras (1888)
Compra de terras	11	11:030.000	1.159,84
Troca de terras	1	6:500.000	683,50
Venda de terras	3	1:500.000	157,73
Total de Ocorrências	15		
Saldo das operações		- 16:030.000	-1.685,59

Fonte: Livros de Nota do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo.

Nota-se, assim, um número muito maior de compras do que de vendas e apenas a existência de uma troca de propriedades. Tal fato deixa claro que Mendes não fazia dinheiro com a venda de terras, ou seja, repassando terras com valores maiores e comprando, em sequência, outras menos avaliadas. Ao contrário, suas estratégias para aquisição fundiária se baseavam na aplicação do dinheiro conseguido em outra atividade, o comércio. Essa ideia é corroborada até mesmo na única troca feita pelo imigrante, já que este, além de ter dado a propriedade que possuía, teve que pagar ainda mais de 6:000.000 para realizar a transação. Entretanto, nos documentos cartoriais não foram localizados nenhum registro de dívida ativa e/ou de hipoteca, o que comprovaria a sua atividade usuária, algo percebido no inventário de sua esposa. Tendo em mente que nem todos os negócios de compra/venda e de concessão de créditos estavam registrados nos cartórios, principalmente antes de 1860, estabelecendo-se por meio de relações de confiança e amizade,⁵⁵ procurou-se algumas pistas das transações em alguns documentos existentes na Fazenda Córrego Grande. Nela, foram encontrados, ainda que em estado bem precário, algumas promissórias, em que alguns homens reconheciam ter recebido crédito, em dinheiro, de Antonio José Mendes.

⁵⁴ Livro 6 do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo, folhas 165-166. Para a conversão foi utilizada a tabela presente em: RYAN JR, J. J. *Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900*. 2007. Thesis (Doctorate in History) - University of California, Los Angeles, p. 196.

⁵⁵ LIMA, Rachel Gomes. *Senhores e possuidores...* Op. cit.; LIMA, Rachel Gomes. Senhores, possuidores e outras coisas mais: as Múltiplas Funções dos Proprietários do Rural Carioca no Oitocentos. *Cantareira*, Niterói (RJ), n. 28, 2018, p. 120. Disponível em: <https://revistacantareira.com.files.wordpress.com/2018/09/e29a10.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019. Ver, também: FRAGOSO, João. *Os Barões do café...* Op. cit., p. 117; MARRETO, Rodrigo Marins. *O Opulento capitalista...* Op. cit., p. 404.

Ainda foi localizado um livro de balanço dos devedores dos anos de 1899 e de 1900, em que os totais a receber eram de, respectivamente: 4:784.200 réis e 5:644.430 réis.⁵⁶ Os baixos valores individuais das dívidas, sempre menores do que 500.000 réis e os mais de 50 nomes diferentes listados só reforçam a capilaridade das relações do negociante e, certamente, reforçavam o seu prestígio local. Ele, então, assemelha-se ao negociante descrito por Frago, que pode ter adquirido terras por meio de oportunidades de mercado, diante, inclusive do baixo valor das propriedades – a maior parte abaixo de 1:000.000 de réis - com medições bem imprecisas, sem grandes benfeitorias e algumas com pastagens em mal estado. Outro aspecto interessante pode ser a condição social dos vendedores, pessoas pobres que, em alguns casos, não sabiam escrever, pedindo que alguém assinasse por eles nas escrituras. Não é improvável que alguns possam ser devedores do negociante. Enfim, tal situação pode ser a base para a continuação da investigação e da confirmação dessa teoria.

Considerações finais

Ao longo do trabalho, defendeu-se, logo de início, a importância dos estudos sobre uma região específica do atual município de Nova Friburgo. A região, que durante grande parte do século XIX, abrangeu porções hoje pertencentes à Teresópolis e a Sumidouro, foi entendida como uma área voltada para a produção de gêneros alimentícios e de criação de animais. Também, identificou-se nesse território a presença significativa de imigrantes portugueses, o que corrobora a ideia de que Friburgo não teria sua história ligada somente ao protagonismo dos suíços e alemães.

Em seguida, diante desse contexto, apresentou-se um estudo de caso, ou seja, a análise, ainda incompleta, das ações do imigrante português Antonio José Mendes. Entendido como negociante, o trabalho mostrou que ele, por meio das atividades comerciais e usuárias, adquiriu, ao longo de sua vida, uma grande quantia de terras, cerca de 4.000 hectares, número considerável em uma região marcada pelo minifúndio. Se, por um lado, ele parece nunca ter vivido de fato da renda dessas propriedades, por outro, esse quantitativo de terras, certamente, assegurou-lhe prestígio e poder simbólico, exemplificados no próprio aparecimento de sua propriedade em um mapa feito já no século XX.

Diante disso, cabe, por meio de uma investigação mais minuciosa sobre os documentos encontrados na Fazenda Córrego Grande, entender melhor as relações sociais do imigrante. Saber quem são seus devedores ajudaria a dimensionar melhor o seu poder social e econômico. Enfim, está aberto, então, o caminho para outra história.

⁵⁶ Documentos Avulsos. Livro de Contas Encontrado na Fazenda Córrego Grande. Acervo Pessoal da Família Mendes.

Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ARAÚJO, João Raimundo. *A construção do mito da suíça (1910-1960)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo: Universitetsforlaget, 1978.
- BON, Henrique. *Os imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo, RJ: Imagem Virtual, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.
- DÁLIA, Jaqueline de Moraes Thurler. Aspectos fonéticos da variação linguística-identitárias das comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo-RJ. *A cor das Letras*, Feira de Santana (BA), v. 19, n. Especial, p. 40-63, mar. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/2858>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- ERTHAL, Rui. A presença de dois distintos padrões de organização agrária moldando a região de Cantagalo, província do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. *Scripta Nova*, Barcelona, v. X, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2008.
- FILHO, Heitor Plínio de Moura. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 15, jun.-dez. 2010.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- FRAZÃO, Gabriel Almeida. "A Serviço da Formação do Jovem Rural": Desafios e Contradições na Atuação do CEFFA CEA Rei Alberto I Como Agente do Desenvolvimento do Meio. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ).
- FRAZÃO, Gabriel Almeida. Memórias de vidas no campo: a Revolução Verde e as transformações nas "artes de fazer e conviver" dos trabalhadores de bairros rurais da Serra Fluminense (Nova Friburgo e Sumidouro) (1950-2000). (Comunicação Oral). *Caderno de Resumos do [...] Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias*. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=5. Acesso em: 20 ago. 2019.
- FRAGOSO, João. *Os barões do café e o sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GIULIANI, Gian Mario. A problemática da regionalização Agrária no Estado do Rio de Janeiro: observações metodológicas. In: CARNEIRO, Maria José; et al. *Campo Aberto: o rural no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- JACCOUD, Raphael Luiz Siqueira. *História, Contos e Lendas da Velha Friburgo*. Nova Friburgo, RJ: Múltipla Cultural, 1999.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação. O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil - 1808-1842*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Rachel Gomes. *Senhores e Possuidores: Propriedades, famílias e negócios da terra no rural carioca oitocentista (Inhaúma, 1830-1870)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2019.
- LIMA, Rachel Gomes. Senhores, possuidores e outras coisas mais: as Múltiplas Funções dos Proprietários do Rural Carioca no Oitocentos. *Cantareira*, Niterói (RJ), n. 28, 113-125, 2018. Disponível em: <https://revistacantareiracom.files.wordpress.com/2018/09/e29a10.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019
- LISBOA, Edson Castro. Café e escravidão em Nova Friburgo no século XIX. In: MAYER. Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.). *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao Livro Técnico, 2003.
- MACHADO, Marina Monteiro. *Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790-1824)*. Guarapuava, RJ: Unicentro, 2012.
- MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- MAYER. Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.)s *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003.
- MAYER, Jorge Miguel; PEDRO, José Carlos. Política e Administração em Nova Friburgo do século XIX. In: MAYER. Jorge Miguel; ARAÚJO, João Raimundo (orgs.). *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003.
- MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (1829-1873)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.
- MOTTA, Marcia M. M.. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói, RJ: EdUFF, 2008.
- MOTTA, Marcia M. M. A Grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia M. M.; PINHEIRO, Theo Lombarinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MOTTA, Marcia M. M. *Direito a terra no Brasil: gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

PEDRO, José Carlos. *A Colônia do "Morro Queimado": suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo (1820-31)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

PEDROZA, Manoela da Silva. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, século XIX)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas (SP).

PRÓ-MEMÓRIA. *Nova Friburgo: notas e informações*. Nova Friburgo, RJ: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, 1985.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

RYAN JR., J. J. *Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900*. 2007. Thesis (Doctorate in History) – University of California, Los Angeles.

TEIXEIRA, Francisco Carlos; LINHARES, Maria Yedda. Região e história agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.